CONTRATO Nº 03.03.2022.02 – MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03.03.2022.02 – MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000000669/2022 – MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ(PI), E A EMPRESA MORAIS & BERNARDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, OBJETIVANDO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS RELATIVOS À CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA: ESTRUTURAÇÃO FORMAL E MATERIAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL; REESTRUTURAÇÃO E REFORMA ADMINISTRATIVA, CONTEMPLANDO A CRIAÇÃO, FUSÃO E EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS; REESTRUTURAÇÃO DE PLANO DE CARGOS E CARREIRAS, CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS, REDEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS; CONTROLE INTERNO DA LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA; CONSULTORIA JURÍDICA EM FINANÇAS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO; CONSULTORIA EM MATÉRIA LEGISLATIVA, CONTEMPLANDO A EDIÇÃO DE PROJETOS DE LEI, DECRETOS E DEMAIS INSTRUMENTOS NORMATIVOS, BEM COMO SUPLEMENTAÇÃO, POR PARTE DO MUNICÍPIO, DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL, QUANDO CABÍVEL AO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ(PI).

Pelo presente instrumento, o **MUNICIPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ(PI)**, inscrito no CNPJ n.º 01.612.617/0001-20, com sede administrativa na Av. Felinto Tomaz, 240, Centro, CEP.: 64.233-000, Caraúbas do Piauí(PI), neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal **JOÃO COELHO DE SANTANA**, brasileiro, maior, portador do RG nº 3.885.090 SSP-PE e inscrito no CPF nº 656.546.174-00, residente e domiciliado na Rua Antônio Borges dos Santos nº 233, centro, em Caraúbas do Piauí(PI), CEP.: 64.233-000, doravante denominado abreviadamente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MORAIS & BERNARDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.566.233/0001-30, com sede na Rua Maria Julia Santos, nº 3930, Cond ASALPI Bloco 01 apt. Bairro Morros, Teresina - PI, CEP.: 64.062-190, neste ato representado pelo Sr. Dr. **NUNO KAUÊ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA**, brasileiro, maior, advogado, devidamente inscrito na OAB/PI nº 12.073, inscrito no CPF sob o nº 009.745.853-86 e portador do RG nº 161242820014 SSP-MA, doravante denominado de **CONTRATADO**, têm entre si justa e acordada a celebração do presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem como objeto a execução de prestação de serviços técnicos profissionais especializados relativos à consultoria e assessoria para: estruturação formal e material do sistema de controle interno do poder executivo municipal; reestruturação e reforma administrativa, contemplando a criação, fusão e extinção de órgãos e unidades administrativas; reestruturação de plano de cargos e carreiras, criação e extinção de cargos públicos, redefinição de competências administrativas; controle interno da legalidade dos atos de gestão administrativa; consultoria jurídica em finanças e instrumentos de planejamento orçamentário; consultoria em matéria legislativa, contemplando a edição de projetos de lei, decretos e demais instrumentos normativos, bem como suplementação, por parte do município, da legislação federal e estadual, quando cabível ao Município de Caraúbas do Piauí(PI).

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL:

O valor global do presente Contrato é de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo Primeiro: O valor do presente Contrato será pago em 10 (dez) parcelas, mensais, iguais e sucessivas de R$ 10.000,00 (dez mil reais), referentes aos serviços prestados durante os meses

de março a dezembro do ano de 2022, **a serem transferidos para conta corrente do CONTRATADO.**

CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS:

INICIO: 03/03/2022 TERMINO: 31/12/2022

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

1. executar o presente Contrato em estrita consonância com seus dispositivos, o Instrumento Convocatório e a proposta apresentada:
2. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
3. assumir por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do objeto do Contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações, incidentes sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários de seu pessoal;
4. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com o **CONTRATANTE**, sem prévia e expressa anuência;
5. não realizar associação com terceiros, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do **CONTRATANTE**;
6. manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na inexigibilidade da licitação.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1. efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** de acordo com o estabelecido neste Contrato;
2. comunicar imediatamente ao **CONTRATADO** qualquer irregularidade manifestada na execução do Contrato;
3. supervisionar a execução do Contrato;
4. facilitar o acesso do pessoal, responsável pela execução do serviço, do **CONTRATADO**, as áreas da Prefeitura, registros, documentação, legislação e fornecer informações necessárias ao bom desempenho dos serviços;
5. custear todas as despesas (diária, hospedagem, alimentação, etc.) que se fizerem necessárias à locomoção do **CONTRATADO**, para fora deste Município em decorrência do trabalho contratado;
6.

CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

1. O **CONTRATADO** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
2. O Contrato poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, de acordo com os art. 78 a 80 da Lei 8.666/93, e no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas, não sanada pela parte inadimplente no prazo da notificação enviada pela outra parte;
3. Aplicam-se à execução deste Contrato e, especialmente, nos casos omissos, a Lei 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro.
4.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

O **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO** obrigam-se a respeitar o presente contrato em suas cláusulas e condições, incorrendo a parte que infringir qualquer disposição Contratual ou legal, na multa igual ao valor correspondente a 1%(um por cento) do valor global do Contrato, que será pago integralmente, qualquer que seja o tempo contratual decorrido, inclusive se verificada a prorrogação do Contrato. O pagamento da multa não obsta a rescisão do Contrato pela parte inocente, caso lhe convier.

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Os recursos para execução deste contrato estão consignados no Orçamento Municipal 2022 – MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ, oriundos do Projeto /Atividade: 04.122.0002.2006.0000; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Fr: 500;

CLAUSULA NONA – DAS VANTAGENS LEGAIS E SUPERVINIENTES:

O Contrato estará sujeito ao Regime da Lei n.º 8.666/93, ficando assegurando à **CONTRATANTE** todos os direitos e vantagens conferidas pela legislação que vier a ser promulgada durante a prestação de serviços.

CLAUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste contrato na imprensa oficial em forma resumida, em obediência ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

O presente Contrato foi objeto de Inexigibilidade de licitação conforme o art. 25, inciso II e § 1º c/c art. 13, incisos III e V e art.26 da Lei nº 8666/93, e suas alterações posteriores, Lei 14.039/2020, vinculado ao Termo que Inexigiu a licitação.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca da Cidade de Buriti dos Lopes(PI), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratados, as partes assinam e rubricam, o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Caraúbas do Piauí(PI), 03 de março de 2022.

JOÃO COELHO DE SANTANA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

NUNO KAUÊ DOS SANTOS BERNARDES BEZERRA - OAB/PI nº 12.073
MORAIS & BERNARDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF nº 757.772.833-91
RG nº 3.631.345 SSP-PI

Rafael Lopes Ferreira
CPF nº 038.890.835-58
RG nº 312.6312